

MERCOSUL ou Neocolonialismo através da ALCA: temos escolha?

Nathan Belcavello de Oliveira

Resumo

Este trabalho tem a finalidade de desmistificar algumas informações dos dois lados da problemática entorno da ALCA - Área de Livre Comércio das Américas - esclarecendo alguns pontos fundamentais para uma discussão realista do contexto em que se encontram os países da América Latina, sobretudo os do MERCOSUL, frente às políticas neoliberais implementadas por seus governos durante, principalmente, a última década do século XX; e às pressões político-econômicas dos maiores interessados na suspensão das tarifas aduaneiras e liberalização dos mercados. Também pensar possíveis vias alternativas para uma integração consciente e socialmente comprometida com o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos.

Palavras-chave: neoliberalismo, integração latino-americana, neocolonialismo, meridionalidade.

Abstract

MERCOSUL or Neocolonialism through the ALCA: have an choice?

This paper has the objective of clarify some information about both sides of difficulties around the ALCA, showing some fundamentals points to a realist discuss in the context about latin-american countries conditions, above all the MERCOSUL, ahead the neoliberal politics engaged by these government while, mostly, in the last decade of the XX century; the politic-economics pressures of the major interested on boundary rate suspension and market liberation; and the alternatives ways for a conscience integration and social preoccupation about the economic development of latin-american countries.

Key-words: Neoliberalism, latin-american integration, neocolonialism, meridianatily.

Introdução

As políticas neoliberais implementadas pelos governos latino-americanos em suas economias desde o final dos anos de 1980 e durante toda a última década do século XX, traduziram-se em uma escalada das desigualdades sociais, uma exacerbação da concentração de capitais e a entrega dos mercados à especulação financeira globalizada.

Nunca os países, tanto latino-americanos, quanto os do resto do mundo, ficaram tão intimamente ligados por suas economias. Tal fato promoveu, em nossos tempos, a necessidade de aproximação entre os países, a fim de se protegerem e promoverem o desenvolvimento de suas economias sem que estas fossem prejudicadas pela concorrência internacional. Daí a formação dos blocos econômicos.

“A mundialização da economia capitalista gerou a segmentação do espaço econômico mundial. Esta característica geográfica se expressa no final do século XX na formação de blocos econômicos em todo o mundo” (ROSS, 2000: 255).

Alguns países, os da atual União Européia mais especificamente, se anteciparam nesta tendência, estabelecendo alicerces para uma unificação econômica já em 1957, com o Tratado de Roma, concretizado com os tratados de Luxemburgo e Haia – em vigor desde de 1º de julho de 1987 – e o de Maastricht – em vigor desde de 1º de novembro de 1993, delineando assim uma das maiores economias mundiais que, na época de formação, possuía um PNB de cerca de seis trilhões de dólares.

Todavia, a União Européia, desde sua consolidação, tinha objetivos maiores que a simples neutralização de taxações aduaneiras entre os países-membro. Trata-se, como podemos observar mais claramente a partir do início do século XXI, com a adoção do Euro como moeda única, da formação de um espaço econômico, financeiro e monetário único; mais ainda, uma integração completa entre os países-membro, a fim de definirem conjuntamente políticas externas, de defesa, de educação, de comunicações, etc.

“Portanto, constitui-se em um espaço onde suas fronteiras nacionais não são obstáculos à livre circulação das mercadorias e das pessoas” (ROSS, 2000: 255).

Área de Livre Comércio das Américas – ALCA: a resposta estadunidense

A formação desta grande força econômica, aliada à prosperidade econômica japonesa na Ásia, que sobrepujou as fronteiras nipônicas, estimulando a formação dos denominados Tigres Asiáticos, fizeram com que os Estados Unidos observassem um declínio em sua supremacia de poder na economia mundial – poder este que detinham desde o final da Segunda Guerra Mundial dentro da esfera capitalista, durante toda a Guerra Fria – ainda que não totalmente abalado.

Sendo assim, os Estados Unidos se vêem na necessidade de garantir um espaço econômico sob seu inteiro controle, para que sua supremacia não fosse totalmente não viesse a ser totalmente solapada em um futuro próximo.

Surge, então, ainda durante o governo de George Bush o que ficou conhecido, inicialmente, como Plano Bush – iniciativa que visava a integração pan-americana sob a liderança dos Estados Unidos. Este plano nada mais é que a idéia original da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA – que se apresenta concretamente durante o governo do presidente estadunidense Bill Clinton, mais especificamente em 1994, na Primeira Cúpula das Américas, da qual participaram 33 países do continente americano, com exceção de Cuba, vetado pelos Estados Unidos, onde a formação da área de livre comércio é formalmente proposta aos demais países.

Já na Terceira Cúpula das Américas, como George W. Bush como presidente dos Estados Unidos, este utiliza todo tipo de argumento e pressão para implantação da ALCA o mais rapidamente possível. O bloco a ser implantado iniciaria em 2005, estendendo-se do Alasca a Terra do Fogo, possibilitando aos Estados Unidos enfrentarem com vantagem a concorrência com a União Européia e o bloco asiático, potenciais ameaças à hegemonia estadunidense.

Entre os objetivos dos Estados Unidos dentro da ALCA está o de conseguir controlar todo o tipo de comércio da América Latina e reforçar as vantagens que tanto as suas empresas de importação, quanto às de exportação já possuem sobre as empresas do sub-continente, em um momento de deterioração da sua balança de pagamentos. Postulam, ainda, a criação de um documento com a mesma definição no AMI – Acordo Multilateral de

Investimentos – em que todo o esforço empreendedor estadunidense estaria devidamente disperso dentro do tópico “investimentos”, tudo seria investimentos, desde tecnologia, até a educação e cultura. A ALCA seria como um manto de proteção total para riscos de investimentos diretos estadunidenses.

Da maneira com que se encaminha a negociação da ALCA, tudo leva a crer que o propósito é de ampliar, por todos os meios e modos, as privatizações e expropriações das empresas mais importantes e rentáveis dos países do sub-continente, além de estabelecerem normas e regras que visam impedir esses países de adotarem medidas que limitem os lucros exorbitantes das transnacionais. A ALCA visaria, também, não somente garantir mais liberdade para os investimentos, como, eliminar todo o tipo de barreira ao seu livre trânsito, o que privilegia os interesses dos Estados Unidos, em detrimento das economias da América Latina e do Caribe.

O Mercado Comum do Sul – MERCOSUL: alternativa viável?

Contemporaneamente a estes acontecimentos, assistimos a formação do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL – com a assinatura do Tratado de Assunção em 1991, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O tratado estabelecia que, a partir de 1º de janeiro de 1995, ficasse implantados de forma definitiva a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através da eliminação das barreiras tarifárias e não-tarifárias e do estabelecimento de uma tarifa comum em relação aos países de fora do MERCOSUL. O tratado também estabelecia a necessidade de uma coordenação permanente das políticas macroeconômicas e setoriais entre seus membros e o compromisso de chegar a uma harmonização das legislações. A princípio o MERCOSUL chama a atenção de outros países latino-americanos, como o Chile e a Bolívia, que passam a integrar o bloco como observadores.

“Como se pode ver, pretende-se criar efetivamente um mercado comum que preveja fluxos de mercadorias, serviços, capitais e mão-de-obra” (ROSS, 2000: 261).

Infelizmente, o que assistimos no desenrolar da última década do século XX, foi a paralisação quase completa das negociações entorno do

MERCOSUL, devido à crise brasileira, em 1998, com a liberalização do câmbio no Brasil, e à crise argentina e uruguaia no início do século XXI, que são reflexos de um contexto de crise dentro do Sistema Mundo, uma vez que os países do MERCOSUL adotaram, com peculiaridades próprias e graus diferenciados, a cartilha neoliberal do Fundo Monetário Internacional – FMI – de privatizações da máquina estatal e abertura de seus mercados nacionais à especulação financeira internacional.

Também, como já vimos, as pressões estadunidenses sobre a formação da ALCA, acabaram por desfigurar o MERCOSUL. Os Estados Unidos relutam em discutir a implementação da ALCA com um bloco formado por países latino-americanos, como é o caso do MERCOSUL, preferindo manter o assunto entre países. Tal preferência se dá por motivos óbvios. Somente os Estados Unidos teriam poder econômico de negociação considerando unicamente países, pois eles detêm sozinhos mais que a soma de todos os PIB dos demais países americanos. A pulverização das negociações sobre a ALCA entre os países e não entre blocos econômicos do continente é a maneira estadunidense de obter pleno êxito em suas aspirações econômicas dentro da futura área de livre comércio.

Daí apontarmos como fundamental a retomada do MERCOSUL como um bloco coeso, com propostas comuns frente às dos Estados Unidos, que disponha da simpatia ou até da incorporação de mais países latino-americanos, para que seja uma alternativa de transição para os países latino-americanos se colocarem em uma situação equilibrada dentro de uma área de livre comércio entre América Latina e, sobretudo, Estados Unidos.

Contudo, far-se-ia necessário um período para que as próprias assimetrias econômicas entre os países latino-americanos, dentro de uma área de livre comércio latino-americano, se tornassem menores para que estes pudessem pleitear um equilíbrio dentro da ALCA. Podemos justificar o dito, tendo como base os próprios indicativos dos países do MERCOSUL.

Assim, seria necessário que os países latino-americanos procurassem um censo comum para tratarem, em bloco, as propostas e datas discutidas a respeito da ALCA, buscado, assim, a conformação de um tratado que os permitam atingirem níveis econômicos e sociais mais justos para uma verdadeira unificação econômica com os países da América Anglo-Saxônica,

principalmente os Estados Unidos. Este censo comum passaria pela concepção geopolítica de meridionalidade, ou seja, a visão do mundo a partir da ótica dos países do Sul, onde os latino-americanos se situam.

Caso contrário, o que verificaremos é o delineamento de um novo monopólio econômico, onde a assimetria entre os países latino-americanos e os Estados Unidos, simplesmente aprofundará ainda mais a dependência e a subordinação, suprimindo o que ainda resta de soberania nacional para os países latino-americanos, tornando-os, assim, neocolônias.

Reflexões Finais

A questão do futuro do MERCOSUL e da ALCA, que tem dos Estados Unidos uma pressão cada vez maior por sua implementação o mais rápido possível, nos faz refletir sobre algumas indagações:

- ✓ Dentro das condições em que se encontram as economias latino-americanas, será possível recusarmos a formação da ALCA?
- ✓ Dentro das negociações da ALCA, qual seria o papel do MERCOSUL? O MERCOSUL estaria fadado ao fracasso?
- ✓ O que seria a ALCA para as economias latino-americanas: salvação ou uma nova modalidade do Pacto Colonial?

Tenho certeza que tudo o que foi exposto neste trabalho não respondeu totalmente a estas perguntas formuladas, nem tão pouco, são estas as únicas indagações que surgem ao discutimos o tema proposto. Todavia, o objetivo deste trabalho não foi de trazer respostas definitivas às indagações nem de solucionar a problemática.

O verdadeiro objetivo deste trabalho foi de abrir à discussão, a partir do trabalho do professor João Batista Villas Boas Simoncini, Neoliberalismo: particularidades na América Latina, sobre o assunto pertinente ao MERCOSUL e à ALCA, que estão intimamente ligados.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Bernardo Andrade. *A globalização em xeque – incertezas para o século XXI*. São Paulo: Atual, 2000.

CHACON, Vamireh. *O MERCOSUL: a integração econômica da América Latina*. São Paulo: Scipione, 1996.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. *Plebiscito Nacional sobre a ALCA*. Porto Alegre: [s.ed.], 2002.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 20ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MARTIN, André R. Qual é nosso “bloco”? O Brasil procura o seu lugar no mundo. In: SCARLATO, Francisco C. et alii (orgs.). *Globalização e Espaço Latino Americano*. São Paulo: Hucitec, 1997, pp. 105-121.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização do capitalismo e a geopolítica mundial no fim do século XX. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). *Geografia do Brasil*. 3ed. São Paulo: USP, 2000, pp. 239-288.

VIGEVANI, J; VEIGA, J. P. C. et Mariano, K. L. P. Realismo versus globalismo nas relações internacionais. In: OLIVEIRA, Flávia Arcancia Martins de (org.). *Globalização, Regionalização e Nacionalismo*. São Paulo: UNESP, 1999, pp. 207-232.